

* continuação

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

(Companhia fechada) CNPJ nº 06.013.760/0001-10

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Companhia") tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena, no Estado do Pará, desde maio de 2003, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditivo nº 02 do Contrato nº 14/2003, que até então era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins que envolvem sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres e utilização especial do berço de uso público 301, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União. Em 9 de abril de 2008, foi assinado o termo de compra e venda das ações de emissão da Pará Empreendimentos Financeiros S.A., controladora de 100% do capital social da Companhia, sendo compradora a Nara Valley Participações S.A., que adquiriu 75% da participação societária da referida empresa. Em 20 de abril de 2011 foi assinado novo termo de compra e venda de ações, pelo qual a compradora Nara Valley Participações S.A. passou a deter 100% da participação societária da Companhia. Em 15 de setembro de 2011, a controladora Nara Valley Participações S.A., por meio de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi incorporada por sua controladora Santos Brasil Participações S.A.. Assim, a Pará Empreendimentos Financeiros S.A. passou a ser controladora direta da Companhia.

Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração com a Companhia Docas do Pará - CDP: A Companhia tem o compromisso de pavimentar, cercar e iluminar pelo menos 20.000 m² do lote A e adquirir equipamentos necessários para torná-lo apto à movimentação de no mínimo 30.000 contêineres após o quinto ano da assinatura do Contrato. Como parte da remuneração garantida à CDP pelo contrato de exploração do Terminal, a Companhia está obrigada a efetuar pagamentos de valores por contêiner movimentado, sendo R\$14,79 por contêiner cheio movimentado, R\$2,97 por contêiner vazio movimentado e R\$1,48 por contêiner movimentado de carga unitizada. As instalações em exploração e os bens de propriedade da CDP, em utilização pela Companhia, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento, *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do Porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CDP após o término ou a extinção do contrato.

A Companhia tem o compromisso contratual de pagar à CDP remuneração pela exploração do Terminal ao longo do período contratual (15 anos), em parcelas mensais de aluguel e arrendamento operacional, acrescidas, em setembro de cada ano, pela reposição da inflação por meio do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

2. Base de Preparação: **a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2013. **b) Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **c) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Principais Políticas Contábeis: As políticas contábeis detalhadas a seguir têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente, em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. **a) Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras nas datas de apresentação das demonstrações contábeis são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquelas datas. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no fim do período de apresentação. **b) Instrumentos financeiros:** • *Ativos financeiros:* A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando são transferidos os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. • *Empréstimos e recebíveis:* São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, outros créditos e partes relacionadas, entre outros. • *Caixa e equivalentes de caixa:* Abrangem saldos de caixa e saldos em contas correntes bancárias. • *Passivos financeiros:* A Companhia reconhece os passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são

medidos pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. • *Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge:* Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado. **c) Estoques:** Os estoques, representados por itens de manutenção, são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exerce o valor de mercado. **d) Imobilizado:** • *Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. • *Custos subsequentes:* O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos. • *Depreciação:* Reconhecida no resultado com base no método linear quanto às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for o mais curto entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos são as seguintes:

Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 a 9 anos
Equipamentos de movimentação de carga	2 a 8 anos
Equipamentos de informática	5 a 8 anos
Máquinas, equipamentos e acessórios	5 a 10 anos
Instalações, móveis e utensílios	1 a 10 anos
Veículos	5 anos
Outros	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **e) Intangível:** • *Concessão de serviços públicos:* A Companhia possui concessão de serviço público decorrente do contrato de Arrendamento, conforme notas explicativas nº 1 e nº 14. A Companhia atua sob o regime de concessão; entretanto, sua atividade não se enquadra nos requerimentos da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, em virtude do preço do serviço prestado não ser regulamentado e/ou controlado pelo poder concedente. • *Outros ativos intangíveis:* Os ativos intangíveis, representados por *software*, adquiridos e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio sem vida útil definida, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que este método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para os exercícios correntes e comparativos é a seguinte:

Softwares 5 anos

f) Redução ao valor recuperável (*impairment*): Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferido, são revistos a cada data de apresentação das demonstrações contábeis para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa - UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperação do capital e os riscos específicos do ativo. Para fins de teste do valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC). A Administração da Companhia não identificou nenhuma evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2012 e de 2011. **g) Benefícios a empregados:** *Transações de pagamentos baseados em ações:* O valor justo de benefícios de pagamentos baseados em ações é reconhecido na data de outorga, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e as condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e às condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamentos baseados em ações com condição não adquirida (*nonvesting*), o valor justo na data da respectiva outorga é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais. *Benefícios de término de vínculo empregatício:* Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data-base das demonstrações contábeis, eles são descontados a seus valores presentes. *Benefícios de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou à participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal

continua →*